

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	19
6. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO	19
7. IMOBILIZADO	20
8. INTANGÍVEL	21
9. FORNECEDORES.....	21
10. PROVISÕES	22
11. TRIBUTOS.....	22
12. CONCESSÕES A PAGAR	23
13. ENCARGOS SETORIAIS	23
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	24
15. RECEITA	25
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	26
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	27
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	28
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	29
21. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	31
22. SEGUROS	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas,

A Baguari Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$186.573 mil dividido em 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e de 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A (69,38%) e à Furnas Centrais Elétricas S.A (30,62%).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$60.714 mil em 2016, em comparação a R\$15.410 mil em 2015, um crescimento de 293,99%. Este resultado decorre, principalmente, da redução nos custos com energia elétrica comprada para revenda.

Receita Operacional

A receita operacional foi de R\$64.985 mil em 2016, em comparação a R\$59.220 mil em 2015, um aumento de 9,73%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento de 9,28% na receita com suprimento de energia elétrica, que foi de R\$67.675 mil em 2016, em comparação a R\$61.929 mil em 2015, em função, basicamente, do aumento no preço médio/MWh faturado, que foi de R\$204,27/MWh em 2016 em comparação a R\$186,00/MWh em 2015.

Tributos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$3.864 mil em 2016 comparados a R\$3.691 mil em 2015, representando um aumento de 4,69%.

Os tributos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento e as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita, que foram compensadas parcialmente pela redução de 18,63% no encargo Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

A CFURH é calculada com base em um percentual da energia mensal gerada pela usina aplicada a uma tarifa de referência, e esta redução deve-se, principalmente, pela geração de determinados períodos não ter atingido o volume mínimo para incidência do encargo.

Vide maiores informações sobre a composição da receita operacional na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$9.914 mil em 2016, em comparação a R\$47.486 mil em 2015, representando uma redução de 79,12%. Esta variação decorre, principalmente, da redução nos custos com energia elétrica comprada para revenda, que foram de R\$1.633 mil em 2016, comparados a R\$27.935 mil em 2015 e da Repactuação do Risco Hidrológico reconhecida pela Empresa.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2016 foi uma receita financeira líquida de R\$12.076 mil comparada a uma receita financeira líquida de R\$8.838 em 2015, um aumento de 36,64% decorrente, basicamente, do maior volume de recursos aplicados no mercado financeiro em 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2016, a Companhia apurou montante de R\$6.433 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 9,58% do lucro antes da tributação. Comparativamente ao mesmo período em 2015, a Companhia apurou o montante de R\$5.162 mil, representando 25,09% do lucro antes da tributação. Esta variação decorre do regime de tributação com base no lucro presumido considerar um percentual de presunção incidente sobre a receita para aplicação das alíquotas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, não considerando as variações nos custos e despesas.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2016, o LAJIDA foi de R\$63.879 mil (R\$20.543 mil em 2015) e a Margem do LAJIDA foi de 95,91% em 2016 (34,69% em 2015), conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

Em milhares de reais	2016	2015	Var. %
Resultado Líquido	60.714	15.410	293,99
+ Despesa de IR e CS	6.433	5.162	24,64
+ Resultado Financeiro	(12.076)	(8.838)	36,64
+ Amortização e Depreciação	8.808	8.809	(0,01)
LAJIDA	63.879	20.543	207,65

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$60.714 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$3.036 mil correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$14.420 referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$43.258 para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	11.110	11.196
Títulos e Valores Mobiliários	4	25.305	53.079
Concessionárias e Permissionárias	5	7.967	7.218
Repactuação do Risco Hidrológico	6	1.601	-
Outros Créditos		315	148
TOTAL DO CIRCULANTE		46.298	71.641
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	1.136	1.047
Repactuação do Risco Hidrológico	6	6.005	-
Imobilizado	7	208.943	217.691
Intangível	8	1.474	1.534
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		217.558	220.272
ATIVO TOTAL		263.856	291.913

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	4.098	5.886
Tributos	11	4.590	1.121
Dividendos a Pagar	14c	14.420	3.660
Concessões a Pagar	12	343	347
Encargos Setoriais	13	388	224
Outras Obrigações		7	-
TOTAL DO CIRCULANTE		23.846	11.238
NÃO CIRCULANTE			
Concessões a Pagar	12	2.592	2.440
Encargos Setoriais	13	1.565	1.140
Tributos Diferidos	11	-	1.557
Recursos destinados a Aumento de Capital	19	1.030	1.030
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.187	6.167
TOTAL DO PASSIVO		29.033	17.405
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	14	186.573	261.573
Reservas de Lucros		48.250	12.935
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		234.823	274.508
PASSIVO TOTAL		263.856	291.913

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2016	2015
RECEITAS	15	64.985	59.220
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.633)	(27.935)
Repactuação do Risco Hidrológico	6	7.606	-
Encargos de Uso da Rede de Transmissão		(2.751)	(2.582)
		3.222	(30.517)
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Serviços de Terceiros		(6.992)	(6.674)
Depreciação e Amortização		(8.808)	(8.809)
Seguros		-	(193)
(-) Recuperação de Despesas		2.877	-
		(12.923)	(15.676)
CUSTO TOTAL	16	(9.701)	(46.193)
LUCRO BRUTO		55.284	13.027
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas		(171)	(1.201)
Outras Despesas Operacionais		(42)	(92)
	16	(213)	(1.293)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		55.071	11.734
Receitas Financeiras		12.756	9.554
Despesas Financeiras		(680)	(716)
	17	12.076	8.838
Resultado Antes dos Impostos		67.147	20.572
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	18	(6.433)	(5.720)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	558
RESULTADO DO EXERCÍCIO		60.714	15.410
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES		2,32	0,59

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015****(Em milhares de Reais)**

	2016	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	60.714	15.410
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>60.714</u>	<u>15.410</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	261.573	18.035	-	279.608
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos	-	(16.850)	-	(16.850)
Resultado do Exercício	-	-	15.410	15.410
Destinação do resultado proposta à AGO:				
Constituição da Reserva Legal	-	771	(771)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios (R\$0,14 por lote de mil ações)	-	-	(3.660)	(3.660)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,42 por lote de mil ações)	-	10.979	(10.979)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	261.573	12.935	-	274.508
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos	-	(10.979)	-	(10.979)
Redução do Capital Social	(75.000)	-	-	(75.000)
Resultado do Exercício	-	-	60.714	60.714
Destinação do resultado proposta à AGO:				
Constituição da Reserva Legal	-	3.036	(3.036)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios (R\$0,46 por lote de mil ações)	-	-	(14.420)	(14.420)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$1,39 por lote de mil ações)	-	43.258	(43.258)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	186.573	48.250	-	234.823

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	60.714	15.410
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação e Amortização	8.808	8.809
Variação Monetária e Ajuste a valor presente de Concessão Onerosa	515	585
Repactuação do Risco Hidrológico, líquido	(7.606)	-
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	(12.730)	(9.538)
Tributos	6.433	5.162
	56.134	20.428
(Aumento) Redução de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(749)	(411)
Outros Créditos	(167)	(148)
	(916)	(559)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(1.788)	(3.111)
Tributos	(953)	(1.792)
Concessões a Pagar	(367)	(335)
Encargos Setoriais	589	180
Tributos Diferidos	(1.557)	-
Outras Obrigações	7	-
	(4.069)	(5.058)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	51.149	14.811
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.011)	(3.307)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	49.138	11.504
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	40.415	31.799
Imobilizado	-	(456)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	40.415	31.343
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução de Capital	(75.000)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(14.639)	(46.234)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(89.639)	(46.234)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(86)	(3.387)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	11.196	14.583
No fim do exercício	11.110	11.196
	(86)	(3.387)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), com cota-parte de 69,38%, e Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), com cota-parte de 30,62%, constituíram a Sociedade de Propósito Específico-SPE Baguari Energia S.A. (“Companhia”) em 03 de abril de 2008, sociedade anônima de capital fechado, na forma de subsidiária, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar ala A2, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131. O controle da Companhia é compartilhado entre Cemig GT e Furnas, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, majoritária ou minoritariamente, em especial no Consórcio UHE Baguari, do qual a Companhia detém 49%, constituído para a exploração do Contrato de Concessão da Usina Hidrelétrica Baguari, de nº 001/2006, com prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura.

A Companhia tem a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Baguari, a qual foi concedida em setembro de 2009, com validade até setembro de 2042.

A Usina Hidrelétrica de Baguari é um empreendimento localizado no Rio Doce, no estado de Minas Gerais, próximo à cidade de Governador Valadares. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce está situada na região Sudeste, compreendendo uma área de drenagem de cerca de 83.400 km², dos quais 86% pertencem ao estado de Minas Gerais e o restante ao estado do Espírito Santo (não auditados). Limita-se ao sul com a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a oeste com a Bacia do Rio São Francisco, e, em pequena extensão com a do Rio Grande. Ao Norte, limita-se com a Bacia dos Rios Jequitinhonha e Mucuri e a noroeste com a Bacia do Rio São Mateus.

O aproveitamento é de 140 MW de potência instalada distribuídos em quatro grupos hidrogeradores, utilizando turbinas tipo Bulbo com potência unitária nominal de 35,9 MW, e energia assegurada de 80,2 MW-médios. (Não auditados)

Em 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da Barragem de Fundão e galgamento da barragem Santarém, da empresa Samarco Mineração S/A, o que culminou em uma onda de lama que atingiu a bacia do Rio Gualaxo do Norte, afluente do Rio Carmo. O Rio Carmo é um dos principais afluentes do Rio Doce pela sua margem esquerda entre Ponte Nova e o Parque Estadual do Rio Doce. Após atingir o Rio Doce, esta onda que continha rejeitos de minério de ferro, entre outros materiais, foi se deslocando na calha do Rio, o que resultou na suspensão da operação da UHE Baguari no dia 08 de novembro de 2015, sendo que a usina retornou sua operação normal em 23 de março de 2016, e não há, até a presente data, indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos poderão perder capacidade de geração de benefício econômico futuro.

Em 11 de dezembro de 2015, através da Resolução Normativa nº 684, a Companhia optou pela Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL autorizou a celebração do Termo de Repactuação através do Despacho nº 227, de 27 de Janeiro de 2016. Os impactos financeiros estão demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 04 de maio de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e Permissionárias;
- Nota 7 – Depreciação;
- Nota 8 – Amortização;
- Nota 10 – Provisões;
- Nota 12 – Concessões a Pagar;
- Nota 15 – Suprimento não faturado;
- Nota 18 – Imposto de Renda e Contribuição Social;

2.5 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

a) Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, caso específico da Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 7.

c) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes ao contrato de concessão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis.

São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

d) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita

As receitas de suprimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

h) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre as obrigações oriundas de seu contrato de concessão onerosa. Foi utilizada taxa de desconto compatível com o custo de captação de recursos da acionista Cemig Geração e Transmissão S.A. em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, na estimativa da Administração, um percentual de 12,50% a.a., incluindo a inflação prevista.

i) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos conta movimento	322	352
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1.668	2.758
Overnight	9.120	8.086
Total	11.110	11.196

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 50% a 105,25%, conforme operação).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em, aproximadamente, 13,64%, e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	808	8.808
Letras Financeiras Bancos – LFs	18.295	29.573
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	4.756	5.795
Debêntures	2.582	9.939
Outros	-	11
	26.441	54.126
Circulante	25.305	53.079
Não Circulante	1.136	1.047

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras.

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25%, conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2016	2015
Suprimento de Energia		1.949	17	1.966	1.701
Suprimento de Energia não Faturado	6.001	-	-	6.001	5.517
Total	6.001	1.949	17	7.967	7.218

A Companhia não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração entender não haver risco de perdas na realização destas contas a receber.

6. REACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

	2016
CIRCULANTE	
Reactuação do Risco Hidrológico	1.601
	1.601
NÃO CIRCULANTE	
Reactuação do Risco Hidrológico	6.005
	6.005
TOTAL	7.606

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia optou pela Reactuação do Risco Hidrológico nos termos da Lei nº 13.203, de 9 de dezembro de 2015, através da Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e as condições da reactuação. A ANEEL autorizou a celebração do Termo de Reactuação através do Despacho nº 227, de 27 de janeiro de 2016.

A contrapartida desta Reactuação refere-se ao prêmio de risco a ser pago, juntamente com a cessão de direitos e obrigações à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT, considerando o fator f de 3, para a classe de produto SP97.

A Companhia deverá recolher mensalmente à CCRBT o resultado multiplicado do montante mensal de 37,73MW médios de energia vinculado aos contratos do 1º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos – LEN (Produto 2010 – H30), pelo Prêmio Unitário do produto SP97, de R\$6,50/MWh, referindo-se à data-base de janeiro de 2015. O valor do prêmio de risco unitário será reajustado em janeiro de cada ano a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O recolhimento do valor mensal se dará a partir de 1º de outubro de 2021.

Considerando as condições da reactuação do risco hidrológico, a Companhia mensurou os efeitos correspondentes entre janeiro de 2015 e setembro de 2021 e reconheceu o montante de R\$9.207 mil em janeiro de 2016, sendo R\$1.601 mil no ativo circulante e R\$7.606 mil no ativo não circulante, de acordo com o período de sua realização. No exercício de 2016, a parcela de R\$1.601 mil foi realizada e registrada na conta de Reactuação do Risco Hidrológico no resultado.

7. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de imobilizado correspondem aos recursos aplicados no Consórcio UHE Baguari, referentes a estudos de viabilidade e ambientais, gastos com instalação de maquinários e demais gastos de implantação do empreendimento.

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2016

	Taxa média anual de depreciação (%)	2016			2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	3,35	261.494	(54.325)	207.169	261.494	(45.577)	215.917
Terrenos, Obras Civas, Benfeitorias e Edificações	3,34	15.394	(3.020)	12.374	15.394	(2.506)	12.888
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,29	146.885	(29.038)	117.847	146.885	(24.208)	122.677
Máquinas e Equipamentos	3,43	99.159	(22.239)	76.920	99.159	(18.839)	80.320
Móveis Utensílios	6,25	56	(28)	28	56	(24)	32
Em Curso		1.774	-	1.774	1.774	-	1.774
Total		263.268	(54.325)	208.943	263.268	(45.577)	217.691

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 2015	Depreciação	Saldo em 2016
Em Serviço	215.917	(8.748)	207.169
Terrenos, Obras Civas, Benfeitorias e Edificações	12.888	(514)	12.374
Reservatórios, Barragens e Adutoras	122.677	(4.830)	117.847
Máquinas e Equipamentos	80.320	(3.400)	76.920
Móveis Utensílios	32	(4)	28
Em Curso	1.774	-	1.774
Total	217.691	(8.748)	208.943

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, na Resolução Normativa nº 674/15, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior à data de término da concessão, conforme estabelecido no Decreto nº 2003/96, que estabelece que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. A taxa média de depreciação anual nos exercícios de 2016 e 2015 é de 3,35% a.a.

De acordo com os arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

8. INTANGÍVEL

	2016			2015			
	Taxa média anual de amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Concessão Onerosa	3,14	1.912	(438)	1.474	1.912	(378)	1.534
Total		1.912	(438)	1.474	1.912	(378)	1.534

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	Saldo em 2015	Amortização	Saldo em 2016
Concessão Onerosa	1.534	(60)	1.474
Total	1.534	(60)	1.474

O ativo intangível relacionado ao direito de exploração de concessão é amortizado pelo método linear, considerando o prazo remanescente do contrato de concessão, após a entrada em operação da usina.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seu ativo intangível, que é de vida útil definida.

9. FORNECEDORES

	2016	2015
Encargos de Uso da Rede de Transmissão	254	227
Suprimento de Energia Elétrica - CCEE	3.382	2.275
Consórcio Baguari	435	3.373
Outros	27	11
Total	4.098	5.886

10. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de suas operações envolvendo questões trabalhista e regulatória, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possível pelos assessores jurídicos da Companhia, sendo:

- Tributária – montante de R\$9.798, referente a autos de infração, lavrado em dezembro de 2016 pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, em razão de ter deixado de recolher Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Trabalhista – montante de R\$827 (R\$726 em 31 de dezembro de 2015), onde se discute ajustes salariais e reflexos.

11. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2016	2015
Circulante		
PASEP	35	33
COFINS	161	151
INSS	-	3
Outros	2	4
Total	198	191

A empresa efetuou opção pelo Lucro Presumido no ano-calendário de 2016 e 2015 e tributação do PASEP/COFINS pelo regime cumulativo, com alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016	2015
Circulante		
Imposto de Renda	2.766	447
Contribuição Social	1.626	483
Total	4.392	930

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2016	2015
Não Circulante		
Imposto de Renda diferido	-	1.145
Contribuição Social diferida	-	412
Total	-	1.557

Os valores referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos referem-se à provisão sobre a renda não resgatada de aplicação financeira.

Os rendimentos das aplicações financeiras auferidos e ainda não recebidos foram integralmente submetidos à tributação em dezembro de 2016, devido à opção pela tributação com base no regime do lucro real para o exercício seguinte.

12. CONCESSÕES A PAGAR

Na obtenção da concessão para construção do empreendimento de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2016	Valor Presente em 2016	Período de Amortização	Índice de Atualização
Baguari (Consórcio)	R\$9.051	R\$2.935	09/2009 a 09/2042	IPCA

A concessão a ser paga ao Poder Concedente prevê parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, é registrada a partir da assinatura do contrato pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes à usina de Baguari em 2016 correspondem a R\$343 (R\$218 em 2015).

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$343 (R\$317 em 2015), valor nominal de R\$363 (R\$336 em 2015).

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2016	2015
Circulante		
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	15	14
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	22	20
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	161	4
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	147	147
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	43	39
	388	224
Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.565	1.140
Total	1.953	1.364

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 05 de setembro de 2016, a diretoria autorizou a redução do Capital Social da Baguari Energia S.A. no valor de R\$75.000, passando de R\$261.573 para R\$186.573, sem redução do número de ações, dividido em 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e de 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A (69,38%) e a Furnas Centrais Elétricas S.A (30,62%). O órgão regulador ANEEL aprovou a redução de capital em 1º de setembro de 2016.

Acionistas	Quantidade de Ações em 2016					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cemig GT	9.073.967.466	69,38	9.073.967.466	69,38	18.147.934.933	69,38
Furnas	4.004.682.673	30,62	4.004.682.673	30,62	8.009.365.345	30,62
Total	13.078.650.139	100,00	13.078.650.139	100,00	26.157.300.278	100,00

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	4.991	1.956
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	43.258	10.979
Total	48.249	12.935

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$3.036 de Reserva Legal em 2016, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

A Companhia registrou na conta Reservas de Lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2016, no valor de R\$43.258, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

c) Dividendos

O Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

Destinação do Resultado de 2016 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$60.714, seja dada a seguinte destinação:

- R\$3.036, correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício, seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$14.420 referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$43.258 para pagamento de dividendos adicionais.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2016	2015
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	60.714	15.410
(-) Reserva Legal	(3.036)	(771)
Resultado do Exercício Ajustado	57.678	14.639
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25% do Resultado do Exercício Ajustado	14.420	3.660
Dividendos Propostos		
Dividendos Mínimos Obrigatórios	14.420	3.660
Dividendos Adicionais Propostos	43.258	10.979
Total dos Dividendos Propostos	57.678	14.639
Valor líquido excedente aos Dividendos Mínimos Obrigatórios	43.258	10.979

15. RECEITA

	2016	2015
Suprimento Bruto de Energia Elétrica (a)	67.675	61.929
Transações com Energia na CCEE	1.174	982
Deduções à Receita Operacional (b)	(3.864)	(3.691)
Receita Operacional Líquida	64.985	59.220

As receitas com venda de energia da Companhia estão concentradas principalmente em 5 distribuidoras de energia elétrica responsáveis por 42% da receita total. Entretanto esta energia é vendida dentro do Ambiente de Contratação Regulada – ACR não existindo histórico de inadimplência das Distribuidoras de Energia Elétrica com suprimento pela Companhia.

a) Receita Bruta de Energia Elétrica

	MWh (não auditado)		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento Faturado	331.420	331.142	67.016	61.594
Suprimento não Faturado Líquido	-	-	659	335
Total	331.420	331.142	67.675	61.929

b) Deduções à Receita Operacional

	2016	2015
COFINS	(2.065)	(1.887)
PASEP	(448)	(409)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(260)	(237)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(260)	(237)
Empresa de Pesquisa e Expansão Sistema Energético - EPE/MME	(130)	(118)
Taxa de Fiscalização de Serviços Energia Elétrica – TFSEE	(177)	(159)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos - CFURH	(524)	(644)
Total	(3.864)	(3.691)

A empresa efetuou opção pelo Lucro Presumido no ano-calendário de 2016 e 2015, com isto, a tributação do PASEP/COFINS passou a ser pelo regime cumulativo, com alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Serviços de Terceiros (a)	7.163	7.875
Energia Elétrica comprada para Revenda (1)	1.633	27.935
Repactuação do Risco Hidrológico (2)	(7.606)	-
Depreciação e Amortização	8.808	8.809
Encargos de Uso da Rede de Transmissão	2.751	2.582
Seguros	-	193
(-) Recuperação de Despesas (3)	(2.877)	-
Outros	433	92
	9.914	47.486

(1) Redução devido à Repactuação do Risco Hidrológico e redução do Preço de Liquidação de Diferença (PLD).

(2) Nota Explicativa nº 6.

(3) Recuperação de parcela de gastos com compensações ambientais relativas ao Consórcio Baguari, cuja realização era incerta em períodos anteriores.

a) Serviços de Terceiros

	2016	2015
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	4.048	6.661
Meio Ambiente	1.954	381
Outros	1.161	833
	7.163	7.875

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	12.730	9.541
Outras Receitas Financeiras	26	13
	12.756	9.554
Despesas Financeiras		
Variação Monetária e Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(515)	(585)
Outras Despesas Financeiras	(165)	(131)
	(680)	(716)
Resultado Financeiro	12.076	8.838

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	68.849	68.849
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.508	8.262
Receita Financeira de Aplicações (1)	12.730	12.730
Receita de Repactuação do Risco Hidrológico	-	-
Outras Receitas Financeiras	26	26
Base de Cálculo - Lucro Presumido	18.265	18.265
Alíquota 15,00% IR e 9,00% CSLL	(2.716)	(1.891)
Adicional (10,00% sobre valor superior a R\$240)	(1.826)	-
IR e CS - Lucro Presumido	(4.542)	(1.891)
Corrente	(4.542)	(1.891)
Diferido	-	-

- Os rendimentos das aplicações financeiras auferidos e ainda não recebidos foram integralmente submetidos à tributação em dezembro de 2016, devido à opção pela tributação com base no regime do lucro real para o exercício seguinte.

	2015	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	62.911	62.911
Percentual de Presunção	8,00%	12,00%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	11.181	11.181
Outras Receitas Financeiras	12	12
Base de Cálculo - Lucro Presumido	16.226	18.742
Alíquota 15,00% IR e 9,00% CSLL	(2.434)	(1.687)
Adicional (10,00% sobre valor superior a R\$240)	(1.599)	-
IR e CS - Lucro Presumido	(4.033)	(1.687)
Valor de IR e CS Diferidos sobre rendas não resgatadas		
Rendas de Aplicação no Mercado Financeiro não resgatadas	(1.640)	(1.640)
Alíquota	25,00%	9,00%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2015	410	148
Resultado IR e CS	(3.623)	(1.539)
Corrente	(4.033)	(1.687)
Diferido	410	148

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controladores								
Cemig GT								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	5	5	-	-	(112)	(52)
Dividendos a Pagar	-	-	10.006	2.539	-	-	-	-
Não Circulante								
Recursos destinados a Aumento de Capital	-	-	1.030	1.030	-	-	-	-
Furnas								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	23	22	-	-	(212)	(193)
Dividendos a Pagar	-	-	4.414	1.121	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Consórcio Baguari								
Circulante								
Custeio de despesas (2)	-	-	435	3.373	-	-	(4.155)	(10.657)
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	172	307	-	-	6.944	6.365	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	76	153	-	-	2.676	2.424	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	37	33	-	-	(392)	(301)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	8	8	-	-	(96)	(101)

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (2) A Baguari Energia cobre despesas realizadas pelo Consórcio (vide Nota Explicativa nº 9).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016, proporcionalmente à participação da Companhia no Fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas correspondentes à participação da Companhia no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
				Baguari Energia 1,93%	Baguari Energia 4,68%
Axxiom	Debêntures	109% do CDI	29/01/2017	110	531
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	-	2.335
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	211	506
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	1.009	2.506
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	1.019
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	1.273
ETAU	Debêntures	108% do CDI	01/12/2019	195	471
Brasnorte	Debêntures	108% do CDI	22/06/2016	-	133
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	191	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	180	-
				1.896	8.774

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Concessionárias e Permissionárias, Fornecedores, Concessões a pagar, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria saldos de Equivalentes de Caixa e os créditos com Concessionárias e Permissionárias. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;
- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria o saldo de Fornecedores e das Concessões a Pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	10.788	10.788	10.844	10.844
Concessionárias e Permissionárias	7.967	7.967	7.218	7.218
	18.755	18.755	18.062	18.062
Mantidos até o vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	1.235	1.234	1.087	1.083
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	25.206	25.206	53.039	53.039
Passivos Financeiros:				
Fornecedores	4.098	4.098	5.886	5.886
Concessões a pagar	2.935	2.851	2.787	2.649
	9.147	9.063	8.673	8.535

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos, em especial, de caráter especulativo em 2016 e 2015.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pós-fixadas						
Concessões a pagar	30	89	229	1.160	2.587	4.095
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.098	-	-	-	-	4.098
	6.242	89	229	1.160	2.587	10.307

21. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016	
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)
Títulos e Valores Mobiliários			
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	808	-	808
Letras Financeiras Bancos - LFs	17.849	-	17.849
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.756	4.756	-
Debêntures	1.793	-	1.793
	25.206	4.756	20.450

22. SEGUROS

O Consórcio UHE Baguari mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A administração do Consórcio entende que o montante assegurado é suficiente para cobrir eventuais perdas relevantes por sinistros. As principais coberturas de seguros, com vigência até 19 de agosto de 2017, são como segue:

Seguradora	Modalidade	Importância Segurada
SWISS Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Responsabilidade Civil	25
HDI Global Seguros S.A.	Riscos Operacionais	240

O Consórcio adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Cibele Soares Dias dos Anjos
Diretor Administrativo Financeiro

Luiz Antonio Gouvêa de Albuquerque
Diretor Técnico Comercial

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Baguari Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baguari Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldos e transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, que apresenta os saldos e transações relevantes com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos caso as transações tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0